



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

QUÉREN ANIE RODRIGUES DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: A CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA E  
PRIVADA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.**

LONDRINA  
2009

---

QUÉREN ANIE RODRIGUES DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: A CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA E  
PRIVADA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

Orientador(a): Prof. Magda Madalena Tuma.

LONDRINA  
2009

QUÉREN ANIE RODRIGUES DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO  
INFANTIL: A CONCEPÇÃO DE PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA E  
PRIVADA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Curso de Pedagogia da  
Universidade Estadual de Londrina.

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

---

Prof. Componente da Banca  
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha família pelo apoio, as minhas amigas pela compreensão e incentivo e a minha orientadora Magda Madalena Tuma pelo empenho e dedicação.

SANTOS, Quéren Anie Rodrigues dos. **Um Estudo Sobre o “ Cuidar” e o “Educar” na Educação Infantil: A Concepção de professoras da rede pública e privada do município de Londrina.** 2008. 62p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

## RESUMO

Este trabalho nasceu da prática em educação infantil e reflexões desencadeadas pelos estudos realizados no curso de Pedagogia. A partir das legislações que marcaram a importância e avanço da Educação Infantil como a Constituição de 1988; LDB 9394/96 que insere a Educação Infantil como direito de toda criança e como parte da Educação Básica; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil e por fim os Referenciais Curriculares Nacionais para o reconhecimento de como seis professoras que atuam com turmas da faixa etária de 3 anos da Educação Infantil entendem o “Cuidar” e o “Educar” como princípio educativo. Esta análise foi realizada buscando nas concepções das professoras elementos que se assemelham ou não ao que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, Referencial Curricular Nacional e Projeto Político Pedagógico para Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Londrina. Ao optarmos pela pesquisa qualitativa, observamos o cotidiano de uma instituição de educação infantil pública e outra privada e entrevistamos os professores. Além da observação em sala de aula e entrevista das professoras buscamos aprofundamento teórico para esta análise do pensamento dos sujeitos envolvidos no processo da educação infantil no interior das instituições. Todas as professoras entrevistadas apresentaram um discurso condizente com os documentos oficiais acima citados sobre o “Cuidar” e o “Educar” no sentido de que estes são indissociáveis das práticas pedagógicas infantis. Mesmo tendo acesso aos referidos documentos e seus princípios, constatamos que as práticas e planejamento não condizem plenamente com o posicionamento indicado pelas mesmas.

**Palavras-chave:** Concepção de Professoras; Educação Infantil; Cuidar e Educar;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>1 BREVE HISTÓRICO A INFÂNCIA NO BRASIL</b> .....	6
1.1 A INFÂNCIA NO BRASIL DE 1.500 AO SÉCULO XIX.....	6
1.2 Processos Educativos e Políticos para a Educação Infantil.....	10
<b>2 O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL</b> .....	17
2.1 O Cuidar e o Educar Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.....	17
2.2 Repercussões sobre as Diretrizes do Município de Londrina.....	23
<b>3 O CUIDAR E O EDUCAR NA VISÃO DAS PROFESSORAS DOS CENTROS DE EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA</b> .....	26
3.1 Professoras e Espaços de Instituição Infantil.....	26
3.2 As Professoras da Educação Infantil e suas falas sobre o “Cuidar” e o “Educar”.....	28
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	40
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42
<b>ANEXOS</b> .....	44
ANEXO 1 – Entrevista com as professoras da rede pública e privada do município de londrina.....	45
ANEXO 2 – Termo de Aceite entregue as professoras que participaram das entrevistas.....	56

## INTRODUÇÃO

A sociedade em si durante a história se modifica e se transforma conforme os avanços da ciência e das tecnologias, visando o aproveitamento máximo dos recursos o lucro e com isso a exploração da mão de obra, ou seja, do trabalho das pessoas.

A educação das crianças e a concepção sobre infância durante esse processo de transformação da sociedade também se modificou, tanto na concepção familiar, quanto pelos órgãos públicos e pela sociedade civil. A partir da revolução industrial, onde se transformam as relações de trabalho e a mulher se torna importante para a produção, o fortalecimento da criação de espaços para 'cuidar' de crianças, que antes pertencia apenas ao âmbito das abandonadas, se torna objeto de preocupação. Portanto, será no contexto trazido pela Revolução Industrial, que acontecerá a inserção dos filhos da 'mulher trabalhadora' como aqueles que também necessitam de espaços para cuidados, visando-se a permanência da mulher no mercado.

No Brasil, essa preocupação em cuidar e educar as crianças, ainda que lentamente, se constituiu com base em leis como as que regulamentam o ensino das crianças em instituições públicas, garantindo direito, gratuidade e qualidade na educação dos mesmos, assim como orientam os processos educacionais para as instituições privadas, filantrópicas e confessionais, além das mantidas pelo poder público.

Neste contexto, em 1988, a Constituição da República Federativa do Brasil, representou a garantia de vários direitos a todos os cidadãos, dentre eles o direito a educação, o que está na seção I do artigo 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Na continuidade o Artigo 208 inciso IV estabeleceu que o atendimento às crianças de 0 a 6 anos se dará em creches e pré-escolas. Esta inserção constitucional foi sem dúvida um grande avanço para as políticas educacionais relacionadas às crianças de 0 a 6 anos.

Buscando o processo que trouxe este avanço no tratamento das questões educacionais, relacionadas com a Educação Infantil, temos na constituição de 1934, pela primeira vez no Brasil a afirmação da necessidade da elaboração de uma LDB a qual só foi sancionada em 20 de dezembro de 1961.

Essa lei de número 4.024/61 escreveu apenas dois artigos para mencionar a Educação Infantil, situados no Título VI, Capítulo I: Da educação Pré-Primária:

**Art. 23.** A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternais ou jardins-de-infância.

**Art. 24.** As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária (BRASIL, 1961).

Podemos perceber que nesses artigos que discorrem sobre a Educação Infantil, não a colocam como um direito da criança e nem como dever do estado à oferta desse nível de educação.

A promulgação da constituição de 1988 trouxe a necessidade de se discutir a LDB 4024/61, e em 20 de Dezembro de 1996 é decretada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, N.9.394/96, que coloca a educação infantil como primeira etapa da educação básica, que se dará em creches para crianças menores de três anos e pré-escolas para as de quatro a seis anos, estabelecendo essa educação primeira como responsabilidade da família e da sociedade. Nela o estado assume a responsabilidade pela oferta desse nível de ensino.

Essa modalidade de educação passa a se tornar direito de toda criança. Normas de funcionamento, de espaço, localidade e normas pedagógicas são indicadas passando assim a educação infantil a ser entendida como parte do sistema educacional e primeira etapa da educação básica, que conforme Kuhlmann (2005) ainda não foi capaz de superar o caráter de concepção educacional assistencialista.

Para a concretização desta realidade um longo caminho foi percorrido, pois, desde o século XVI até a criação da primeira LDB no século XX, muito foi discutido sobre a realidade da infância brasileira, nos indicando que de uma forma ou de outra esta faixa etária foi alvo das ações políticas, como no século XVI, com os Jesuítas que chegaram ao Brasil com intuito de evangelização da população que aqui se instalava como os indígenas.



A Educação das crianças era essencialmente importante, para que se formassem na educação cristã e continuasse a seguir este caminho, passando também essa doutrina a seus pais, o que sobressaiu no empenho em relação aos indígenas.

Chambouleyron (2002, p.55) nos reforça que: “Além da conversão do “gentio” de um modo geral, o ensino das crianças, como se vê fora uma das primeiras e principais preocupações dos padres da companhia de Jesus desde início da sua missão na América Portuguesa”. Neste processo, mantiveram as especificidades das intenções dos processos educativos, reforçando na educação dos filhos dos portugueses o ler e o escrever.

A infância no Brasil, na época seiscentista e setecentista até chegar a meados do século XIX e XX, é vista com diferentes olhares. Pois nos séculos XVI, XVII e XVIII se reconhecia vários tipos de infâncias e crianças, que era expresso em preocupações diversas, dentre as quais, pouco se encontravam relacionadas às crianças brancas e pobres muitas vezes abandonadas à própria sorte, ou na roda dos expostos, às crianças escravas e as livres que nasciam da lei do Ventre Livre já no século XIX. Neste Contexto as crianças “filhos da Elite” vivenciaram seu processo de formação educacional de maneira diferenciada.

Entre as primeiras ações para a formalização da educação das crianças á criação da primeira instituição de ‘educação’, espaços para as crianças, que no caso, não se referia ao que hoje denominamos de Educação Infantil, pois era de teor assistencialista, voltado prioritariamente para o “cuidar”, tanto que quando criadas eram vinculadas a órgãos de saúde e de assistência.

Kuhlmann (2005, p. 73) nos esclarece que essas instituições eram vistas com atendimento exclusivo aos pobres e durante muito tempo foi ofertada pela filantropia e não pelo poder público.

Para ilustrar a atuação das instituições filantrópicas, Kuhlmann (2005) ainda menciona que:

Em São Paulo, em 1901, a espírita Anália Franco cria a Associação Feminina Beneficente e Instructiva, que organiza escolas maternais e creches, agregadas a asilos para órfãos, atingindo em 1910, 18 escolas maternais e 17 creches asilos em todo o Estado. Dentre outras instituições com o mesmo caráter assistencialista que são criadas no Rio de Janeiro e Belo Horizonte na mesma época” (p.183).

No Brasil dentro desse contexto histórico de diferenças de classes e diversidade cultural, a infância foi marcada no início pela religiosidade que se tentava impor, pelas altas taxas de mortalidade infantil; pelo seu abandono, sua exploração e escravidão, mas também pelos cuidados excessivos, mimos e uma educação erudita almejada pela elite para seus descendentes.

Este estudo visa o entendimento que o professor da Educação Infantil tem em relação ao 'Cuidar' e ao 'Educar' como princípio educativo, o que deriva da experiência profissional da autora como auxiliar e regente na educação pré-escolar e às observações e questionamentos no decorrer dos estudos realizados no curso de Pedagogia.

Com a ampliação dos estudos sobre a trajetória da educação infantil no Brasil, constatamos a necessidade do reconhecimento das leis relacionadas ao direito de toda criança brasileira, o que tem gerado questões como: será que nas instituições públicas ou privadas, existe a diferenciação entre o cuidar e educar das crianças? Como esses profissionais entendem essa modalidade de educação e essa dualidade entre o 'cuidar' e o 'educar'? Quais são as possibilidades de acesso à legislação e fundamentação teórica para este esclarecimento?

Para este objetivo, também foi importante incluirmos na base documental a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 (LDB); a Constituição Federal de 1988. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil foram importantes para a análise das proposições pedagógicas governamentais no que se refere às intenções para o "Cuidar" e o "Educar" na educação infantil e para o reconhecimento de suas repercussões sobre as Diretrizes Curriculares do município.

Assim, perante a amplitude do tema, neste estudo buscaremos compreender como os professores de Educação Infantil entendem o "Cuidar" e o "Educar" das crianças que irão completar três anos, e em que aspectos suas concepções se assemelham ou se distanciam do que é preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.

Para a concretização deste objetivo e ao optarmos pela pesquisa qualitativa, iniciamos observando o cotidiano de uma instituição de educação infantil pública e outra privada, situadas em diferentes regiões do município de Londrina.

Além da observação em sala de aula e da entrevista dos professores das instituições, buscaremos aprofundamento teórico para esta análise do pensamento dos sujeitos envolvidos no processo da educação infantil dentro da instituição.

Ao pretendermos realizar uma pesquisa qualitativa do tipo etnográfica, observamos e entrevistamos os sujeitos da pesquisa. Para realizar este estudo observamos o cotidiano do trabalho dos professores com as crianças nos centros de educação infantil, e encaminhamos posteriormente questões (em anexo) para que expressassem suas opiniões.

Buscando construir uma pesquisa que tem a observação direta do objeto de estudo em suas relações cotidianas, assim como a entrevista dos que os sujeitos da pesquisa, no caso os professores, para o reconhecimento do significado que atribuem ao cuidar e educar entendemos que utilizamos “técnicas etnográficas”. A convivência nos aproximou das “ações e representações dos seus atores sociais, reconstruir sua linguagem, suas formas, seus significados que são criados e recriados no cotidiano do seu fazer pedagógico” (ANDRÉ, 1995, p.41), o que não nos afastou da necessidade do aprofundamento teórico.

O trabalho está organizado em três capítulos: no primeiro capítulo apresentamos um breve histórico sobre a infância no Brasil desde o período da colonização (século XVI) ao século XX, quando se ampliam as preocupações normativas para os espaços que atendem a educação infantil.

O segundo capítulo pretende analisar o “cuidar” e o “educar” na perspectiva dos documentos da esfera federal e municipal que norteiam as práticas pedagógicas na educação infantil como: as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil; as Diretrizes e a Proposta Pedagógica de Educação Infantil do Município de Londrina.

Por fim, para a análise nos baseamos nas observações e entrevistas das professoras de um Centro de Educação Infantil da rede pública e outro da rede privada do município de Londrina visando ao reconhecimento da importância atribuída por elas ao “cuidar” e o “educar” e neste estabelecendo relações com os documentos norteadores.

## **1. BREVE HISTÓRICO DA INFÂNCIA NO BRASIL**

No Brasil, os cuidados com as crianças e o pensar sobre a infância, passou por diferentes processos desde a época de colonização até os dias atuais. As diferenças culturais e de classes, eram acentuadas, o que levaria a infância e todas as suas peculiaridades a construir diferentes conceitos sobre os seus cuidados e a sua educação. Este capítulo propõe a explanação de forma breve, de como se foi construindo os diferentes olhares sobre a infância no Brasil, desde 1500 até a criação da primeira LDB, que propõe os cuidados e a educação necessária a todas as crianças.

### **1.1. A infância no Brasil de 1500 ao século XIX.**

As crianças pobres, indígenas e escravas, passaram nesse processo histórico por diferentes tipos de formação, enfrentaram preconceitos, abandono e uma tardia preocupação em relação a sua educação formal. Mas, se pensarmos no conjunto formado pelas crianças brasileiras, não poderemos omitir a presença daquelas pertencentes à elite imperial e da classe dominante, que também enfrentaram dificuldades, como as doenças, mas que, no entanto, recebiam maior atenção no que se referia à educação se comparadas em relação às outras crianças.

Para o entendimento da educação das crianças na época do Brasil colônia, encontraremos vários aspectos pela diversidade da realidade infantil, pois a educação destinada às crianças indígenas possuía um caráter de mera transmissão da cultura “branca, europeia e católica” evidenciada na tentativa de catequização. O objetivo era ampliar os adeptos à religião católica e ao mesmo tempo prepará-los para o trabalho, mesmo sendo os Jesuítas na sua maioria contra a escravidão indígena.

As crianças portuguesas, filhos da elite dominante, mestiços e indígenas, dividiam por um tempo o mesmo espaço destinado à educação, mas não para qualquer tipo de educação, mas sim aquela instituída pelos jesuítas que para Chambouleyron (2002, p. 56) os levou de “ordem religiosa” a assumir o papel de “ordem docente”. O que se priorizava inicialmente era o ensino religioso e da virtude, o que foi ampliado posteriormente para o ensino das letras. Assim separar catequese e educação não estava no horizonte do período.

O empenho da catequização era mais forte em relação às crianças indígenas, pois estas eram cuidadas por suas famílias, pertenciam a contexto de fortes laços familiares e a terra, seguindo a criança desde pequena o exemplo dos pais. Para Saviani (2008, p.36) até os 7 anos de idade, as crianças conviviam mais com as mães e com outros grupos de crianças e através de brincadeiras desenvolviam as aptidões que futuramente lhes seriam úteis. Após essa idade é que os meninos passavam a acompanhar o pai, a fim de se transformar em um homem e as mulheres continuavam ser educadas pelas mães.

Este contexto da relação familiar era objeto de atenção dos jesuítas que viam nas crianças indígenas a possibilidade de ampliação dos preceitos religiosos do catolicismo, assim além de alfabetizá-los, fortaleciam a catequese. Em relação às demais crianças, contavam com o apoio das famílias no aspecto religioso, sendo que estes esperavam das ações educacionais jesuíticas melhorias que fossem além dos conteúdos catequéticos.

Para Chambouleyron (2002) o que pretendiam pode ser explicado como ação que poderia ser chamada de:

“substituição de gerações”: os meninos ensinados na doutrina, em bons costumes, sabendo falar, ler e escrever em português, terminariam “sucendo a seus pais”. Para usar uma imagem do irmão Anchieta, constituindo “um povo agradável a cristo”, ou como sugeria o irmão Antonio Blázquez na carta quadrimestral de janeiro de 1557, para que os mesmos servissem de “exemplo aos que depois deles vierem”. (p.60).

A infância para as demais crianças na colônia era encerrada aos sete anos de idade conforme explica Silva (2004). Antes disso, até os três anos de idade, ela deveria ficar exclusivamente com a mãe e dos três aos quatro acompanharia os adultos sem obrigação de cumprimento de deveres. No entanto a partir dos sete anos:

“[...] os filhos dos plebeus, ou mecânicos, iam geralmente aprender um ofício com um artesão [...]. Os filhos dos lavradores com poucos escravos começavam a ajudar nas fainas agrícolas. Os tropeiros levavam os filhos com as tropas. Os mercadores punham-nos em suas lojas ou armazéns e os grandes negociantes começavam a treiná-los para caixeiros depois de os fazerem passar pelo aprendizado das primeiras letras. Só aqueles que pretendiam dar aos filhos a possibilidade de uma carreira no serviço da coroa é que se preocupavam com o ensino formal.” (SILVA, 2004, p.117)

A educação jesuítica predominou de 1549 a 1759 quando o Marquês de Pombal determinou o fechamento dos colégios. Podemos observar que os cuidados que se dava às crianças variavam de acordo com a classe social, raça e religião, apesar da predominância do cristianismo na época. Este período é aquele no qual a infância é bem dividida entre os filhos da elite dominante e das classes desfavorecidas, como a dos escravos e dos pobres.

As crianças escravizadas conviviam até certa idade com os filhos dos senhores escravocratas, brincavam e recebiam tratamento parecido, no entanto, a partir de idade que é difícil para se determinar por ser variável de acordo com a realidade da criança, passavam a acompanhar os mais velhos, afim de trabalhar e aprender um ofício, enquanto que os filhos do senhor escravocrata e dos colonos iriam estudar.

A infância das crianças da elite dominante possuía os mais diversos cuidados em relação à alimentação, vestuário e educação. Mesmo assim, devido às variadas moléstias que afligiam as crianças, poucas sobreviviam. Para a nutrição dos pequenos os médicos recomendavam a amamentação das crianças pelas mães, mas desde cedo outros tipos de alimentos eram oferecidos aos bebês no intuito de fortalecê-los, mas acabavam trazendo malefícios a esses devido a pouca idade (PRIORE, 2002, p.88).

As mulheres escravizadas que amamentavam, eram de muita serventia para suas donas, pois ajudavam no aleitamento e nos cuidados com os pequenos, o que repercutiu na influência da cultura africana sobre a educação das crianças brancas. Isto pode ser constatado nas cantigas de ninar africanas, assim como no “imaginário infantil com assombrações como o mão-de-cabelo, o quibungo, o ximbaba...” (PRIORE, 2002, p.94).

Para tentar evitar a mortalidade logo cedo as crianças eram alimentadas com papinhas e mingaus, ou com comidas mais fortes, o que acabava por provocar doenças intestinais e a morte de muitos pequenos e ainda indica que com a falta de higiene muitas nem chegavam aos sete anos de idade, por isso eram batizadas o mais rápido possível para não morrerem como pagãs. (PRIORE, 2002, p.88).

Como afirma Scarano “A primeira grande festa, o que realmente marcava o nascimento, era o batizado. De modo geral, sempre que possível se batizavam as crianças, mesmo que os filhos de escravos e elas mesmas escravas” (2002, p.117).

O batismo é um dos exemplos que indicam a grande influência que o catolicismo detinha sobre a sociedade brasileira.

Em festas católicas, as crianças negras possuíam bastante representatividade e eram treinadas para cantar ou tocar algum instrumento, se estes fossem livres poderiam usar a música como uma forma de ganhar o sustento e se cativos os seus donos eram os que recebiam por isso (SCARANO, 2002, p.126).

A formação com caráter pedagógico para as crianças da época de transição do Brasil Colônia para o Império, visava à formação do indivíduo responsável, ao qual se daria o ensino das primeiras letras, assim como os ensinamentos sobre a moral, bons costumes, obediência, baseada na fé e na doutrina cristã (PRIORE, 2002, p.100).

Priore também indica que a educação das crianças conforme a sua relevância social se diferenciava no tratamento dado aos “Meúdos” que recebiam uma formação comum ou a formação cristã, mas que, posteriormente, de acordo com a sua realidade socioeconômica amoldavam-se às “diferentes tradições culturais e costumes sociais e educativos” (2002, p.105).

É a partir do século XIX que a concepção de criança como um ser que necessitava de atenção, afeto e cuidados apropriados para a sua idade começa a se mostrar mais acentuada. A criação de lojas específicas para vender roupas e brinquedos foi uma dessas preocupações, além da criação de livros de fábulas infantis que enfatizavam os bons costumes (MAUAD, 2002).

A educação das crianças nessa fase é vista como uma forma de se afirmar socialmente, assim à instrução e a educação eram dissociadas de uma forma que a educação ainda se constituía dever da família. A Instrução é que se dava através de preceptores ou em colégios, onde posteriormente os meninos seguiriam carreiras de doutores ou poderiam optar pela formação militar. Para as meninas se destinava o aprendizado de trabalhos Manuais, mas também o ensino de línguas estrangeiras, o canto e dança. (MAUAD, 2002, p.152/153).

Ainda sobre a divisão entre a educação de meninos e meninas Mauad (2002, p. 155) afirma que: “O que a educação e a escolha de um certo tipo de instrução arbitravam era a forma de acesso da criança ao mundo adulto, definindo-se os papéis sociais do homem e da mulher desde a meninice”.

Ainda na segunda metade do século XIX a tradição das crianças serem cuidadas e amamentadas por amas permanecia. O batismo continuava marcando a

fase do nascimento, sendo a passagem para a adolescência marcada pelo advento da primeira comunhão realizada conforme relata Mauad (2002, p.116) “entre os dez e 13 anos. No caso das meninas, o mais cedo possível para se evitar a proximidade com o casamento, evento associado a uma outra idade da vida”.

Dentre os aspectos que marcavam a passagem da vida de criança para a vida adulta, está a preocupação em relação à infância, o que tornou-se mais evidente a partir do século XIX, e no bojo destas mudanças, a preocupação com aspectos específicos da educação infantil que começa a ganhar respaldo nas discussões sobre as políticas nacionais de educação. Paralelo aos movimentos sociais que aconteciam nessa mesma época, à luta por creches foi um marco reivindicativo de um longo processo de estruturação da escola infantil que acontece até os dias atuais.

## **1.2. Processos Educativos e Políticos para a Educação Infantil**

Durante a passagem do século XIX para o Século XX, preocupações com os processos normativos que buscavam garantir um espaço para as crianças com caráter educacional e sistematizado, começaram a ganhar respaldo nas mais variadas discussões a respeito da infância brasileira.

Buscando analisar documentos que comprovem essa mudança de pensamento, a constituição de 1934 nos traz alguns elementos básicos em relação ao direito de todos à educação, e cita no capítulo II, da Educação e da Cultura:

Art. 149- A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no país, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana (BRASIL, 1934).

Podemos notar que surge uma preocupação em estabelecer espaços educacionais a todos, definindo responsabilidades onde se inclui o Estado. Esta presença está relacionada à necessidade emergencial do país, que era formar pessoas capacitadas para atender o crescimento econômico.

Contudo, essa constituição não contemplou elementos específicos a organização de espaços e normas para a educação Infantil, mas é no contexto dela que surgirá a necessidade da criação de Diretrizes para a Educação.



A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovada em 1961 com o número 4024/61 abordava elementos importantes em relação ao sistema de ensino brasileiro. No entanto, em relação à Educação Infantil apenas dois artigos foram criados:

**Art. 23.** A educação pré-primária destina-se aos menores até sete anos, e será ministrada em escolas maternas ou jardins-de-infância.

**Art. 24.** As empresas que tenham a seu serviço mães de menores de sete anos serão estimuladas a organizar e manter, por iniciativa própria ou em cooperação com os poderes públicos, instituições de educação pré-primária (BRASIL, 1961).

Essa LDB 4024/61 não colocou o estado como responsável em ofertar este nível de ensino, mas afirma as parcerias entre ele e as empresas.

As mudanças na ordem econômica obrigaram as autoridades a discutir a criação de espaços para as crianças. Essas leis resultaram de lutas sociais diversas devido à mudança estrutural em relação à concepção de família e de Estado, no entanto, o Estado se coloca como um “cooperador” quando faz referência a essa modalidade de ensino, e não como responsável por ofertar, fiscalizar e muito menos garantir o seu acesso, mas visa parcerias com as empresas.

O conteúdo dessa lei nos mostra como o caráter assistencial estava presente no pensamento da época, visando parcerias para a construção de creches com intuito de atender a camada mais pobre da população. Esse espaço não necessariamente deveria contemplar aspectos educativos, mas apenas ‘cuidados’ com a alimentação e a higiene da criança, enquanto os pais necessitavam trabalhar. Permeada pelo caráter assistencialista era oferecida por ordens religiosas e filantrópicas, como afirma Corrêa (2002):

[...] o atendimento à infância no Brasil teve seu início marcado pela idéia de “Assistência” ou “Amparo” aos pobres e necessitados, daí as creches, por exemplo, terem estado por tanto tempo vinculadas a associações filantrópicas ou aos órgãos de assistência e bem-estar social, e não aos órgãos educacionais nas diferentes esferas administrativas do país (p.15).

Nessa concepção de creche como ajuda aos pobres e a quem necessitasse trabalhar, pouco se pensava na exigência de sua qualidade e de seu caráter Pedagógico, no entanto, para a educação das crianças da classe média, ainda se voltava uma orientação no sentido de que uma mãe zelosa prestaria os cuidados de seus filhos pequenos em casa e não na escola.

Entre os Séculos XVIII e XIX, para atender as crianças abandonadas foi criada a Roda dos Expostos, uma espécie de roda de madeira, “sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava” (MARCILIO, 2001, p. 57). Muitas dessas crianças não sobreviviam devido às más condições das instituições e as doenças que enfrentavam as crianças nessa época.

Assim que eram abandonadas nessas rodas, já as encaminhavam para as amas-de-leite, que ganhavam uma quantia em dinheiro para cuidar dos enjeitados até a idade de ingressarem em internatos, ou estas mesmas eram estimuladas a criar as crianças, e mais tarde as utilizariam como forma de realizar outras atividades e explorar seu trabalho (MARCILIO, 2001, p. 74/75).

O sistema de Rodas existiu no Brasil até meados do século XX em algumas cidades, passando por muitas dificuldades, fraudes, mas era a única instituição que se incumbiu de cuidar das crianças desvalidas e enjeitadas.

Assim para que não restasse aos pais somente a opção de abandonar seus filhos nas rodas, começaram a se difundir idéias amplas a respeito de instituições que priorizassem o cuidar dessas crianças, como por exemplo ‘a creche’.

Para a educação das crianças da classe média existiam os “Jardins-de-Infância”, com características distintas das creches, que priorizavam apenas fins humanitários e cuidados para atender carências de uma parcela da população. Nos Jardins a preocupação pedagógica era mais ampla, baseados na filosofia educacional de Froebel.

Permeadas pelas preocupações em relação à infância varias associações foram criadas com intuito de Proteger a Infância nos aspectos relacionados a cuidados médicos, assistência social, educação na família, e no âmbito publico com as escolas primárias e creches (KUHLMANN, 2000, p. 71).

Os cuidados com a criança brasileira vão pouco a pouco tomando lugar nas mais variadas discussões a respeito da educação no país. Mesmo que nesse contexto essas instituições na sua maioria ainda encontram-se vinculadas a filantropia e com caráter assistencialista.

Com o processo de redemocratização do país, surgiu à necessidade de uma nova constituição que visasse aspectos mais democráticos, foi então criada a Constituição federativa do Brasil em 1988.

Essa constituição trouxe aspectos marcadamente relevantes para todos os níveis de Educação no País, e em seu conteúdo foi garantida a oferta da Educação Infantil pelo estado, como citado: “Art.208. O dever do estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: § IV- Atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade”. Colocando assim a educação Infantil como integrante do sistema educacional e não mais dos órgãos de saúde de assistência, e com a garantia dada pelo estado, Corrêa (2002, p.18) afirma que: [...] o fato é que a redação dada à constituição não deixa dúvidas: a oferta de educação infantil em creches e pré-escolas é um dever do Estado e um direito de todas as crianças de 0 a 6 anos de idade.

Os movimentos Pedagógicos em favor da Educação da Infantil no Brasil, começaram a se difundir no século XX, apesar de no século XIX estarem presentes, iniciativas de criação de instituições que atendessem as crianças “[...] Não há evidências de sua criação durante o século XIX no Brasil. As primeiras iniciativas, ocorridas nesse século, restringem-se aos poucos jardins-de-infância que atenderam crianças de setores sociais privilegiados” (KUHLMANN, 2005, p. 75).

É durante o século XX que as instituições filantrópicas e beneficentes começam a ampliar o atendimento as crianças mais necessitadas. Segundo Kuhlmann (2005) “em 1901, a Espírita Anália Franco cria a associação Feminina Beneficente e Instructiva que organiza escolas maternas e creches agregadas a asilos para órfãos [...] atingindo em 1910, 18 escolas maternas e 17 creches- asilos em todo o estado” (p.183).

Os estados que apresentaram as primeiras iniciativas em relação à organização das creches foram São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Em 1919 é fundado no Estado do Rio de Janeiro o DCB (Departamento da Criança no Brasil), por Moncorvo Filho, então diretor do Ipai-RJ (Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro) criado em 1899, afim de informar e fiscalizar os serviços de apoio a Infância (KUHLMANN, 2005, p. 183).

Entre os anos de 1919 e 1925, Kuhlmann (2005) aponta para várias instituições e organizações referente a processos normativos e organizacionais em torno da Educação Infantil, como creches para os operários nas fábricas, criação do cargo de Inspetor para escolas Maternas em 1925, a inclusão da Educação Infantil no Currículo das escolas normais. Mas é a partir de 1930 que as reformas educacionais se tornam mais acentuadas:

No nível federal, a Inspeção de Higiene Infantil, criada em dezembro de 1923, é substituída em 1934 pela Diretoria da Proteção à Maternidade e à Infância, criada na conferência nacional de Proteção à Infância, em 1933. Em 1937, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde [...]. Em 1940, cria-se o Departamento Nacional da Criança (DNCr) ( KUHLMANN, 2005, p. 185,186).

Podemos notar que é no século XX que a educação das crianças, criação e organização de espaços para que elas se desenvolvam, pensando em seus mais variados aspectos se amplia, no entanto, elas ainda continuavam nas mãos da assistência social, religiosa e filantrópica.

O mais chamativo e interessante projeto assistencial em relação à Infância foi o chamado “Projeto Casulo” criado pela LBA em 1976, que já realizava trabalhos sociais no Brasil com base no voluntariado.

O Projeto Casulo incentivou a criação de creches comunitárias, em parcerias com igrejas e organizadas pela filantropia para atender o maior número possível de crianças na faixa etária dos 0 aos 6 anos, oriundas das camadas mais pobres “O modelo de uma pré-escola de massa, desempenhando também função de assistência, foi introduzido no Brasil sob influência de propostas divulgadas pelas organizações intergovernamentais, em especial a UNICEF e UNESCO” (ROSEMBERG, 2006, p. 147).

Com a parceria dessas organizações, o voluntariado e a assistência em relação à criança brasileira, mais precisamente a criança pobre, tomou fôlego e continuou crescendo, tomando para si o que seria de responsabilidade do estado.

Conforme já colocado acima somente na constituição de 1988, que o Estado passou a ser responsável por essa modalidade de educação onde outros direitos também foram assegurados em relação à educação da Infância mesmo que indiretamente.

A educação então passa a ser mencionada como um direito de “todos”, independente da raça, religião e situação social, onde anteriormente a creche era pensada apenas para as crianças pobres como uma forma de assistência às famílias mais necessitadas, no entanto, o que foi posto no conteúdo da lei, como acontece com outras leis existentes, demora a se concretizar.

Para reafirmar as leis postas na constituição de 1988 em relação à criança e ao adolescente, dois anos depois, em 13 de julho de 1990 foi aprovado o “Estatuto da Criança e do Adolescente”, lei de n.º 8.069, que em seu conteúdo afirma o direito da criança a vida, saúde, assistência, e a educação, afirmando a educação infantil no Art.54. É dever do estado assegurar a criança e ao adolescente: “[...] IV- atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade” (BRASIL, 1990, p. 16).

A criação do Estatuto da Criança e do Adolescente, que ficou mais conhecido como E.C.A, foi de grande significado e importância para as crianças, pois passaram a ter com maiores detalhes, assegurados em lei seus direitos fundamentais, e as incluiu como cidadãs, pessoas com direitos como todas as outras.

Mas foi somente com a Promulgação da LDB 9394/96 em 20 de dezembro de 1996, que todos os níveis de educação no país passam por uma reestruturação e a educação passa a ser assegurada a todos indistintamente, e no Título I, da Educação Art.1º contempla uma forma de definição geral da Educação e seus respectivos espaços formativos:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 1996, p. 29).

Um outro artigo que podemos mencionar na LDB muito importante em relação à Educação Infantil é o “Art.21: A Educação Escolar compõe-se de: I- educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio” (BRASIL, 1996, p.36). Nesse artigo podemos ver com clareza a educação infantil sendo incorporada ao sistema de ensino brasileiro, mas precisamente compondo a Educação Básica, direito de todo cidadão brasileiro e dever do estado oferta-lá.

Dentro dessas novas perspectivas para a educação Infantil, surge uma preocupação maior com as normas que regem os espaços para a educação Infantil e uma formação no mínimo básica para esses educadores que atuariam com a essa modalidade de ensino, como citado no artigo abaixo:

Art.62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação,

admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal. (BRASIL, 1996, p. 50).

A Infância nessa nova fase passa a ter sérios cuidados, não apenas com sua saúde e higiene ou para que suas mães tenham onde deixar seus filhos para trabalhar, mas para que elas cresçam saudáveis em um ambiente estimulador que proporcione um crescimento intelectual e moral nas crianças, como afirma o Art.29 da LDB:

A educação Infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da sociedade. (BRASIL, 1996, p.39)

No que se refere à Educação Infantil o conteúdo da LDB 9394/96 levanta aspectos não mencionados nas mais diversas leis anteriores a ela, um deles se refere à gratuidade dessa modalidade de educação “Art.4º § IV - atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade”. (BRASIL, 1996, p. 30). E como afirma Corrêa (2002): “A expressão “gratuito” não aparecia na CF 88 e tampouco no ECA” ( p. 26).

Mesmo com restrições a LDB 9394/96 representou avanço ao colocar a educação infantil como parte integrante do sistema de ensino e da educação básica, atentando para os cuidados, a educação e a importância do poder público, apesar de manter o Estado como co-responsável e parcerias com instituições privadas para o atendimento educacional.

## **2. O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.**

Os cuidados e a educação das crianças como vimos no capítulo acima, passa por inúmeros processos de constituição social, político, econômico e também cultural. No processo das políticas públicas, lentamente foi ampliada a atenção necessária à efetivação da Educação Infantil no Brasil permanecendo a dualidade, que necessita ser superada, do sentido dos termos “Cuidar” e “Educar” no que se refere à dicotomia existente entre a visão educacional e a assistencialista.

Neste capítulo, procuraremos destacar algumas das conseqüências das leis promulgadas a partir da década de 1990 relacionadas à educação infantil e que trazem novas perspectivas para o ‘cuidado e a educação’ na infância de 0 a 6 anos<sup>1</sup>. Assim, neste capítulo destacamos aspectos relacionados ao “cuidar” e o “educar” e que são notadamente percebidos dentro dessas leis como fundamentos para a ação pedagógica e educativa na educação infantil. As principais abordagens em relação à criança de três anos é o foco deste estudo que nos remeteu à análise das diretrizes municipais para indicação de elementos de ampliação ou de simples manutenção do indicado pelo governo federal nos referenciais e nas diretrizes para a educação infantil.

### **2.1. O Cuidar e o Educar segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.**

O Cuidar e o Educar das crianças no Brasil após a constituição federal de 1988, que intitulou essa modalidade de educação como direito de toda criança e dever do estado em oferta-lá e posteriormente a criação da LDB de 1996, que a colocou como integrante da educação básica se evidencia uma maior preocupação com as normas que regem esses estabelecimentos de ensino, assim como, suas propostas, aprendizagem, avaliação e também os cuidados necessários às crianças pequenas.

Após a LDB de 1996, um esforço em continuar promovendo a democratização do acesso e a qualidade na educação infantil foi publicado o Referencial Curricular

---

<sup>1</sup> Em 2005 a lei de nº. 11.114 de 16 de maio de 2005, altera os artigos arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de tornar obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade.

Nacional para a Educação Infantil, em três volumes, com o intuito de orientar as práticas pedagógicas na educação infantil, no entanto, não é um documento obrigatório de ser utilizado pelas instituições e pode servir apenas de orientação.

O primeiro volume do RCNEI é uma introdução reflexiva a cerca das instituições de educação infantil no Brasil, suas especificidades e conceitos que orientaram a criação e objetivos dos demais volumes. O segundo Volume é denominado de “Formação Pessoal e Social”, que favorece a construção da Identidade e Autonomia das crianças e o terceiro e último volume denominado “Conhecimento de Mundo” que abrange aspectos relevantes das diferentes linguagens e objetos do conhecimento como: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem oral e escrita, Natureza e Sociedade e Matemática (RCNEI, 1998).

Vamos nos ater ao que esses documentos discorrem sobre o ‘cuidar’ e o ‘educar’ das crianças entre três e quatro anos de idade, foco das minhas observações.

O primeiro volume do RCNEI (1998) explora dentro do capítulo Educar ‘o cuidar e o brincar’ não os dissociando e afirmando que:

Nas últimas décadas, os debates em nível nacional e internacional apontam para a necessidade de que as instituições de Educação Infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com as crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores (BRASIL, 1998, p.23).

A participação nos cuidados e na educação das crianças leva a uma interação, à participação, indistintamente, em todo e qualquer processo que envolva a criança de forma a superar as hierarquizações e atender às necessidades infantis.

O educar na visão do RCNEI contempla também a necessidade de se proporcionar aprendizagens que ocorram durante o ‘brincar’ espontâneo ou intencional orientadas pelos adultos, que subsidiarão o desenvolvimento da criança. Assim o “educar” é explicado conceitualmente como:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (BRASIL, 1998, p. 23).



Podemos perceber que o RCNEI tenta colocar em seu conteúdo pressupostos que sejam seguidos pelas creches ou centros de educação infantil, para que propiciem às crianças maior socialização e aprendizagem, indistintamente de classe social, raça, religião e outros. Há, neste documento, indicativos para que as instituições compreendam o objetivo da educação infantil como o de 'educar' para a superação da visão assistencialista, o que repercute sobre o 'cuidar', pois o entendimento de que não estão dissociados será importantíssimo para esta fase de desenvolvimento da criança no que se refere ao trabalho educativo que será desenvolvido no interior das instituições.

O que nos preocupa é se as instituições realmente possuem formas de colocar em prática tais pressupostos e se eles são realmente compreendidos pelos educadores em suas diferenças e pontos de confluência.

O Referencial Curricular, ainda no seu primeiro volume introdutório, coloca em tópico o "Cuidar", especificando as características próprias desse ato, que segundo ele, não deixa de ser "parte integrante da educação" (BRASIL, 1998, p. 24), mesmo que exija dos professores e demais envolvidos no processo um relacionamento mais "afetivo", no entanto, compreendendo as diferenças e valores específicos de cada cultura e contribuindo para o desenvolvimento integral da criança.

Segundo o RCNEI:

A base do cuidado humano é compreender como ajudar o outro a se desenvolver como ser humano. Cuidar significa valorizar e ajudar a desenvolver as capacidades. O cuidado é um ato em relação ao outro e a si próprio que possui uma dimensão expressiva e implica em procedimentos específicos (BRASIL, 1998, p. 24).

No entanto, o Referencial explicita que tão necessário quanto o "Educar" na educação Infantil o "Cuidar" também tem grande relevância e se torna tão importante quanto. Faz-se necessário que o professor esteja atento às necessidades infantis segundo as faixas etárias, relacionando o cuidado com outras esferas também importantes nesse meio, como a saúde a educação e o desenvolvimento das capacidades afirmando que:

Assim, cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo às suas necessidades. Isto inclui interessar-se pelo que a criança sente,

pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo, visando à implantação deste conhecimento e de suas habilidades, que aos poucos a tornarão mais independentes e mais autônomas (BRASIL, 1998, p.25).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999) em seu conteúdo introdutório, buscam fundamentos que expliquem à necessidade da ampliação do atendimento a infância brasileira, a importância da criação de políticas que viabilizem a educação das crianças e o papel que o estado, a sociedade civil e a família representam neste âmbito. Neste sentido ainda afirma que:

Desta forma, confere-se a estas Diretrizes Curriculares Nacionais para os programas que cuidem de crianças, educando-as de 0 a 6 anos, em esforço conjunto com suas famílias, especial importância, pelo ineditismo de seus propósitos e pela relevância de suas conseqüências para a Educação Infantil no âmbito público e privado (BRASIL, 1999, p. 2).

Podemos notar na citação acima que as diretrizes ao contrário do Referencial coloca o “Educar” dentro do “Cuidar” “cuidem de crianças, educando-as”, quando entende-se pela colocação no Referencial que o “ cuidar”, o brincar entre outros aspectos está inserido dentro do “Educar”.

Coloca-se ainda que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil devam ser documentos que norteiem as práticas nas escolas citando:

Desta forma, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil contemplando o trabalho nas creches para as crianças de 0 a 3 anos e nas chamadas pré-escolas ou centros e classes de educação infantil para as de 4 a 6 anos, além de nortear as propostas curriculares e os projetos pedagógicos, estabelecerão paradigmas para a própria concepção destes programas de cuidado e educação, com qualidade (BRASIL, 1999, p.2).

A ênfase dada nesse parágrafo acima citado é a intenção de que os estabelecimentos de educação infantil sejam creches ou centros, além do dever de ofertar vagas às crianças também possam garantir um padrão de qualidade, onde as instituições deverão permear seus trabalhos com as exigências das diretrizes porque estas são “mandatórias para todas as instituições de cuidado e educação para crianças de 0 a 6 anos” (BRASIL, 1999, p.2). Ao contrário dos Referenciais

Curriculares que são colocados apenas como orientadores das práticas educativas com as crianças, as Diretrizes são “Mandatórias” ou seja, obrigatórias para todas as instituições.

No subtítulo denominado; Cuidado e Educação no Âmbito Familiar e Público, as Diretrizes buscam inicialmente um contexto histórico do atendimento da Infância Brasileira, as suas características, justificando o porquê de terem permanecido por tanto tempo como “uma proposta educacional para pobres vinculada aos órgãos assistenciais” (BRASIL, 1999, p. 3).

Colocam ainda que as escolas de educação infantil á partir da década de 60 onde se presenciou um aumento dessas instituições acabaram “reduzindo-se a currículos” (BRASIL, 1999, p.3) e se tornando apenas centros educacionais, esquecendo ou sem quase apoio nenhum de outros órgãos também úteis e necessários, como de assistência, saúde dentre outros.

Aponta também para o fato de que as creches, instituições que conforme a LDB foram divididas em atendimento as crianças de 0 a 3 anos, “erroneamente” são colocadas como de atendimento exclusivo as crianças pobres e por isso prestam atendimentos de má qualidade, onde também a formação dos profissionais que atendem essa faixa etária não são exigidas. As ditas pré-escolas ou centros de Educação Infantil segundo as Diretrizes por serem freqüentadas por crianças de classe média também passam pela dificuldade de colocar o “Cuidar” como parte integrante da educação dessas crianças (BRASIL, 1999).

Neste subtítulo colocam as esferas governamentais que serão responsáveis em ofertar essa modalidade de ensino, no caso, os municípios e para a concretização dessa oferta, a criação do FUNDEF, “Fundo de desenvolvimento do Ensino Fundamental” que poderia contribuir nesta tarefa, apontando também para uma necessária “mobilização nacional” afim de que seja devidamente utilizado esse fundo para a melhoria e ampliação do atendimento as crianças de 0 a 6 anos.

No que se refere ao “Cuidar” e ao “Educar” das crianças as Diretrizes (BRASIL, 1999, p. 6), afirmam que:

Os programas a serem desenvolvidos em centros de Educação Infantil, ao respeitarem o caráter lúdico, prazeroso das atividades e o amplo atendimento às necessidades de ações planejadas, ora espontâneas, ora dirigidas, ainda assim devem expressar uma intencionalidade e, portanto, uma responsabilidade correspondente, que deve ser avaliada, supervisionada e apoiada pelas Secretarias e

Conselhos de Educação, especialmente os Municipais, para verificar sua legitimidade e qualidade.

Ou seja, as práticas com as crianças deverão ser intencionais, visando o amplo atendimento as suas necessidades e apontando para a obrigação da fiscalização pelos órgãos competentes.

No decorrer do documento pode se notar a ênfase dada que para se atingir os “Cuidados” e a “Educação” com qualidade necessária ao atendimento das crianças fazem-se necessário o envolvimento do “Estado” da “Sociedade Civil” e da “Família” e ainda coloca que:

As próprias crianças pequenas apontam ao estado, à sociedade civil e às famílias a importância de um investimento integrado entre as áreas de educação, saúde, serviço social, cultura, habitação, lazer e esportes no sentido de atendimento a suas necessidades e potencialidades, enquanto seres humanos (BRASIL, 1999, p.7).

Para finalizar o subtítulo que se remete aos cuidados e a educação as Diretrizes buscam na divisão das faixas etárias uma indicação das necessidades recorrentes dessas, e exigem que:

(...) de 0 a 3 anos haja uma articulação de políticas sociais, que lideradas pela educação, integrem desenvolvimento com vida individual, social e cultural, num ambiente onde as formas de expressão, dentre elas a linguagem verbal e corporal ocupem lugar privilegiado, num contexto de jogos e brincadeiras, onde famílias e as equipes das creches convivam intensa e construtivamente, cuidando e educando.

E que, para as dos 4 aos 6 anos, haja uma progressiva e prazerosa articulação das atividades de comunicação e ludicidade, com o ambiente escolarizado, no qual desenvolvimento, socialização e constituição de identidades singulares, afirmativas, protagonistas das próprias ações, possam relacionar-se, gradualmente, com ambientes distintos dos da família, na transição para a Educação Fundamental (BRASIL, 1999, p. 7).

Dando continuidade ao relatório do documento este vem explorando o conteúdo da LDB, lei de nº9394/96, colocando seus principais aspectos em relação à educação infantil, aborda também a questão da formação dos professores que deverá ser feita pelo menos em nível médio e deverão atender as especificidades da infância em articulação com os conhecimentos específicos, atentando para as transformações sociais, principalmente as mudanças nas relações familiares.

No segundo Tópico denominado: “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil” o documento explora mais profundamente os elementos colocados nos artigos destas Diretrizes, apontando em relação ao “Cuidar” e ao “Educar” grande relevância na sua indissociação e especifica que: Educar e cuidar de crianças de 0 a 6 anos supõe definir previamente para que sociedade isto será feito, e como se desenvolverão as práticas pedagógicas, para que as crianças e suas famílias sejam incluídas em uma vida de cidadania plena (BRASIL, 1999, p. 10).

O documento aponta também grande ênfase na construção da Proposta Pedagógica da Instituição, que deverá partir de princípios democráticos, com a participação e interação de todos os envolvidos no processo educativo, inclusive as famílias e a comunidade e se basear nas Diretrizes Curriculares e em seus princípios fundamentais que são:

- a. Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b. Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- c. Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade, da Qualidade e da Diversidade de manifestações Artísticas e Culturais (BRASIL, 1999, p. 10).

A sociedade civil e os órgãos competentes deverão velar e exigir dos estabelecimentos o cumprimento desses princípios, como também a valorização e integração entre o “Cuidar” e o “Educar”, a organização dos espaços físicos, a elaboração de atividades que promovam a socialização, o desenvolvimento das capacidades motoras e intelectuais e a interação entre as diversas áreas do conhecimento dentre outros aspectos.

## **2.2 - Repercussões sobre as Diretrizes do município de Londrina**

A consolidação do Sistema Municipal de Educação de Londrina<sup>2</sup> no ano de 2002 trouxe contexto para maior atenção à Educação Infantil o que propiciou a

---

<sup>2</sup> Até a data da consolidação do Sistema educacional de Londrina este era subordinado aos princípios estabelecidos por legislação estadual.

regulamentação e da posterior elaboração da Proposta Pedagógica de Educação Infantil do Município.

Neste documento é abordado em seu conteúdo aspectos que se relacionam com as DCNEIS e os RCNEIS acima citados, utilizando-os como referência para o estabelecimento de critérios de funcionamento como indicam no 1º§ do Art.7:

Todos os estabelecimentos de educação infantil no Município serão fiscalizados por órgão específico da Secretaria Municipal de Educação com parâmetro nas normas dos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e no proposto no projeto político - pedagógico de cada escola. (LONDRINA, 2002).

O documento da prefeitura coloca grande ênfase na autonomia das instituições da educação infantil para a construção de seu próprio projeto pedagógico, apresentando-se como documento norteador para estas elaborações nas instituições do município. Neste é ressaltada a importância da busca de padrões de qualidade para a Educação Infantil e as Séries Iniciais que ficam sob a responsabilidade do município.

Em seu relatório, podemos notar aproximações com os documentos que orientadores em âmbito nacional, quando menciona o direito a educação no: “Art.1º [...] tendo por escopo a educação, direito de todos e dever do Estado e da Família, fundamentada nos princípios de liberdade, solidariedade humana, igualdade de justiça social [...]” (Londrina, p.1, 2002).

Considerando o estudo dos documentos anteriormente citados, notamos no documento do Sistema Municipal de Educação pouca diferença em relação a estes, no que se refere à questão da ‘produtividade’ e da ‘racionalidade sistêmica’.

Para a elaboração do PPP nas instituições de educação infantil o documento base de orientação será a “Proposta Pedagógica de Educação Infantil” que por sua vez, segue preceitos advindos do Sistema Municipal de Educação.

Abordando questões sobre a formação da pessoa em seus mais variados aspectos apresenta em objetivos que não se distanciam das Diretrizes e dos Referenciais.

Ainda na Proposta Pedagógica do Município, se explicita a questão de formar o indivíduo capaz de atuar criticamente na sociedade em que vive e não focar a educação infantil como uma preparação para a escola, conforme as Diretrizes também colocam, e afirma que:

A educação que propomos tem como objetivo o desenvolvimento da criança. Compreendemos que a tarefa da educação é a de ajudar a criança a se desenvolver. Essa tarefa é bem mais ampla do que a de preparar a criança para a escola de primeiro grau ou de ensiná-la a ler, escrever, contar e fazer contas. Na medida em que a criança se desenvolve, sua capacidade de aprender também aumenta. Assim sendo, se a escola oferecer os estímulos necessários para que a criança se desenvolva, conseqüentemente, suas possibilidades de ter êxito em sua trajetória escolar será maior (LONDRINA, 19--?).

O documento não faz menção específica ao “Cuidar” e ao “Educar”, mas apresenta bastante ênfase no desenvolvimento integral da criança. Apresenta ainda uma proposta teórica e pedagógica baseada na teoria piagetiana, portanto, no construtivismo, o que tentam aplicar em atividades, jogos, avaliação entre outros.

Analisando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, os Referenciais Curriculares, comparando com a LDB 9394/96 e a Constituição Federal de 1988, observamos que estes apresentam em seus fundamentos grande proximidade. Em relação à proposta do município de Londrina, consideramos esta mais desafiadora ao propor uma educação construtivista que considera o contexto social em que as instituições de Educação Infantil estão inseridas, sendo no mínimo uma tentativa de respeito à diversidade.

### **3. O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA VISÃO DAS PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE PÚBLICA E PRIVADA DO MUNICÍPIO DE LONDRINA.**

Este capítulo busca analisar a compreensão e a importância atribuída ao “Cuidar” e o “Educar” na Educação Infantil por professoras que atuam em instituições públicas e privadas. Para este objetivo além do pensamento de seis professoras, analisamos os documentos norteadores como as Diretrizes Curriculares Nacionais; Referenciais Curriculares Nacionais e a Proposta Pedagógica de Educação Infantil do município de Londrina, assim como outros documentos relacionados à Educação Infantil.

Para a efetivação de tal objetivo além das observações no espaço das instituições, também realizamos 16 entrevistas. Para este estudo fizemos recorte para a análise de dados obtidos nas entrevistas de seis professoras que atuam com crianças da faixa etária de três anos, sendo quatro de uma CEI pública e duas da privada que atuam no período vespertino. Estes documentos constituem a base da análise que ora apresentamos destacando aspectos dos encontros e desencontros entre o apregoado pelos documentos de referência e o compreendido pelas professoras.

#### **3.1 – Professoras e espaços de Instituições Infantis**

As observações e entrevistas foram feitas em uma instituição pública municipal e em uma instituição privada (que ainda são reconhecidas de maneira geral pela denominação de filantrópica) mantida em parceria com a Prefeitura Municipal de Londrina.

A instituição pública pesquisada possui uma boa estrutura e organização de espaço, com 14 salas no total. Oferece atendimento à faixa etária dos três meses aos seis anos de idade, portanto, de berçário ao nível 6, sendo que em cada turma até o nível 4 há a presença de duas professoras. Funcionando em período integral, exceto para as duas turmas de nível 6 que são atendidas em dois períodos - matutino e vespertino. O critério para a divisão das turmas é a faixa etária.

Para este estudo selecionamos em nosso recorte duas turmas da faixa etária de três anos que foram divididas pela data de aniversário das crianças, sendo uma formada por aqueles que completam três anos de janeiro a julho (turma A) e os que



completam três anos de julho a dezembro (turma B). Estas turmas são atendidas por duas professoras de manhã e outras duas à tarde. As salas de aulas são amplas, bem ventiladas com armários embutidos e uma variedade de material pedagógico de uso coletivo. Possuem banheiros amplos e com espaço para banho, onde os materiais de higiene são separados individualmente. Possui ainda Biblioteca, Ludoteca, dois refeitórios, parque infantil ao ar livre, e ainda um teatro de arena. As salas das crianças do berçário e do nível 2 possuem *solarium* e brinquedos adequados.

Nesta instituição realizamos oito observações, sendo que três delas foram feitas na turma “B” e duas observações na turma A. As demais observações foram realizadas na turma do nível 6 que atende crianças que vão completar seis anos; do nível 2 e do nível 4 onde entrevistamos nove professores. Cada sala observada contava com o trabalho de quatro professoras, sendo que duas atendiam no período da manhã e duas à tarde, com exceção da turma de nível 6 onde atuava somente uma professora. Todas as entrevistas foram devolvidas.

A formação dos nove professores que responderam à entrevista é constituída por três formados em Pedagogia, dois em Normal superior e quatro em outros cursos de graduação como: História, Geografia, Ciências Sociais e Serviço Social.

A instituição privada não possui espaço tão privilegiado, pois com apenas quatro salas de aula ainda tem o uso do pátio destinado à recreação dificultado pela excessiva incidência de raios solares. Não possui biblioteca e o refeitório também é utilizado como sala de aula, provisoriamente, enquanto outra sala é construída. Na parte do fundo há um parque quase inutilizado pela falta de conservação.

As turmas eram numerosas e as salas de porte médio. Além de bonecas, carrinhos, panelinhas não possuíam outros brinquedos pedagógicos e de estimulação. Nos banheiros, observamos que apenas no feminino havia uma banheira, mas durante o período de observação (março e abril / 2009) não presenciamos nenhum banho e sim apenas a troca de roupa. O que constatamos é que os cuidados higiênicos eram precários.

Atendendo crianças a partir da faixa etária de três anos, estas eram divididas de acordo com a idade em nível 3, 4, 5 e 6. Uma professora e uma auxiliar que não possuía formação específica atendiam a cada turma. A turma de nível 6 não possuía auxiliar. Foram realizadas sete observações, sendo que nas turmas do nível 4, 5 e 6 realizamos apenas uma. Na turma de nível 3, aconteceram quatro (4) observações.

Nesta instituição o questionário foi entregue para as quatro professoras e três auxiliares, mas neste estudo nos restringiremos à análise das respostas da professora e sua auxiliar da turma de nível 3. Deste universo de sete questionários, apenas uma auxiliar não retornou.

Na instituição privada das seis professoras entrevistadas, duas possuem formação em Pedagogia, uma em Normal Superior e outra apenas em magistério de nível médio. A graduada em Normal Superior também possuía formação em magistério no Ensino médio, assim como as professoras formadas em Pedagogia. As outras duas entrevistadas eram as auxiliares, sendo que uma delas freqüenta atualmente o ensino médio e a outra o curso de Formação de Docentes no Instituto Estadual de Educação (IEEL).

### **3.2 – Professoras da Educação Infantil falam sobre o “Cuidar” e o “Educar”**

Encontramos nos documentos analisados e indicados anteriormente uma unanimidade em relação ao “Cuidar” e o “Educar”, ou seja, todos apregoam que ambos devem caminhar juntos na educação das crianças pequenas ao se complementarem e se entrelaçarem no decorrer do trabalho pedagógico.

A Educação Infantil do ponto de vista dos documentos analisados, não deve ser entendida como uma prática apenas assistencial, de cuidados a crianças de classe socioeconômica desfavorecida. Será a Constituição de 1988 e da LDB – nº9394/96 que afirmará este nível educacional como parte do direito á educação do cidadão e integrante do sistema de ensino.

Considerando a perspectiva dos profissionais dessa modalidade de ensino, em nosso caso, de seis professoras que atuam no nível 3 da Educação Infantil no município de Londrina, pretendemos analisar a concepção que expõem sobre o ‘cuidar’ e ‘educar’ contrapondo ao veiculado pelos documentos oficiais que regem a Educação Infantil. Para este reconhecimento que nos trará aspectos de encontros e desencontros entre o oficial e o pensado por professoras, nos baseamos nas entrevistas encaminhadas às quatro professoras de duas turmas de nível 3 na instituição pública e às duas professoras da rede privada.

Dentre as 10 questões que constavam da entrevista (em anexo), a questão: “Explique como você entende o “cuidar” e o “educar” na Educação Infantil” é a que será objeto de maior atenção para o reconhecimento no pensamento das

professoras das aproximações e/ou afastamento de entendimento que apresentam em relação aos documentos que norteiam a prática pedagógica na educação infantil.

Para as seis professoras entrevistadas o documento mais conhecido é o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, sendo este contato favorecido pela instituição onde trabalham e em cursos de formação continuada.

A professora Lygia<sup>3</sup> que atua na turma 3A da instituição pública é formada no curso Normal Superior e tem pós-graduação em Psicopedagogia. Atuando há mais de 10 anos na Educação Infantil, entende que:

O educar é importantíssimo na Educação Infantil. Trabalhamos com as crianças aspectos motores e intelectuais que serão a base de toda a sua vida escolar. Mas não há como deixar o “cuidar” de lado, mas fazemos isso de forma que a criança desenvolva a sua autonomia. ( 2009, p.46, em anexo)

Enfatizando o ‘educar’, a professora parece entender o ‘cuidar’ como uma conseqüência do ‘educar’ e associado à construção da autonomia necessária ao processo de formação da criança.

Durante o tempo que observamos o trabalho da professora verificamos que realmente o ‘educar’ ganha importância perante as atividades que se encontravam expostas nas paredes da sala e realizadas pela manhã, portanto, em período inverso ao de nossa observação.

A autonomia a que se refere quando menciona o ‘cuidar’ está mais relacionado ao sentido prático dado aos momentos dos cuidados necessários à higiene como ir ao banheiro, beber água e tomar banho. Em suas opções pedagógicas, se percebia nas atividades que estas eram bem elaboradas, havendo em sua prática a presença da indissociabilidade entre o ‘cuidar e o educar’.

Mesmo reconhecendo os limites de nossa análise pelo fato das atividades pedagógicas acontecerem pela manhã e o estágio no período da tarde, verificamos tal aspecto em trabalhos expostos das crianças, assim como na condução das atividades que aconteciam à tarde (parque, brinquedoteca e outros). A ênfase dada ao ‘educar’ em sua explicação está mais relacionada à força de expressão do que à

---

<sup>3</sup> Os nomes dos professores (as) serão fictícios e baseados em escritoras brasileiras por opção da pesquisadora. Os aceites das professoras estão arquivados em acervo particular da pesquisadora.

prática pedagógica que realiza onde demonstra compreensão do entrelaçamento entre o 'cuidar' e o 'educar'.

Na turma também atua a professora Ana Luísa que é formada em Magistério, Ciências Sociais e que fez pós-graduação em Trabalho Pedagógico na Educação Infantil e Séries Iniciais. Ela aponta outros aspectos relevantes aos cuidados e educação das crianças ao afirmar que:

As duas coisas estão interligadas na Educação Infantil. O cuidado é necessário, pois trabalhamos com crianças muito pequenas, no entanto, ao cuidar podemos também educar num sentido pedagógico. Por exemplo, o banho, ao mesmo tempo em que é um cuidado, uma necessidade da criança, também pode ser explorada pedagogicamente. E assim, cuidamos e educamos de uma maneira conjunta. (2009, p.49, em anexo).

Ana Luísa diferentemente de Lygia expressa claramente a interligação' entre o 'cuidar e o educar'. Ela nos indica compreensão semelhante à apresentada no Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil (1998) que aponta o 'Cuidar' e o 'Educar' como inseridos um no outro ao explicitar que: "Contemplar o cuidado na esfera da instituição da educação infantil significa compreendê-lo como parte integrante da educação, embora possa exigir conhecimentos, habilidades e instrumentos que extrapolam a dimensão pedagógica". (2009, p. 3) (grifo nosso)

A diferença entre o posicionamento das professoras é tênue e não nos conduziu à consideração de que a professora Lygia estava distante do que é preconizado nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil conforme se constata abaixo, ou seja, a preocupação de que:

[...] haja uma articulação de políticas sociais, que lideradas pela educação, integrem desenvolvimento com vida individual, social e cultural, num ambiente onde as formas de expressão, dentre elas a linguagem verbal e corporal ocupem lugar privilegiado, num contexto de jogos e brincadeiras, onde famílias e as equipes das creches convivam intensa e construtivamente, cuidando e educando (BRASIL, 1999, p.7).

Nesta instituição de educação infantil, há previsão de horário de biblioteca, onde uma professora também assume a atividade de contar histórias às crianças. No planejamento das professoras para a efetivação do projeto "Identidade" onde constavam atividades de reconhecimento do próprio corpo, coordenação motora, jogos imaginativos, sentimentos, expressão corporal, músicas e a contação de

histórias, na prática não havia articulação. Estou me referindo à atividade da contação de histórias que envolve a participação da biblioteca, sendo que a professora que atuava na biblioteca mais valorizava as datas comemorativas como, por exemplo, a “Páscoa” quando contou uma história relacionada ao evento e colocou uma música religiosa e não o que se propunha no planejamento.

Trazemos este aspecto por ilustrar o distanciamento entre o planejado e o executado pelas professoras e a falta de articulação do trabalho proposto pelas professoras em seus planejamentos com o da professora da biblioteca. Este desencontro entre as propostas pedagógicas e as atividades práticas realizadas no Centro de Educação Infantil é importante em nossa análise por ir contra ao que prega o DCNEI (BRASIL, 1999), em relação à articulação que deve contemplar a ação conjunta entre os educadores, família, o contexto social e o conhecimento. O que nos chama atenção é o fato de que as professoras, mesmo tendo formação adequada e acesso a estudos na formação continuada que permitem reflexões sobre a teoria e prática na educação infantil, ainda permanecem em sua atuação pedagógica, sem considerar este necessário entrosamento.

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 1998) no que diz respeito à articulação do trabalho pedagógico enfatiza que: “A tematização da prática, o compartilhar de conhecimentos são ações que conduzidas com intencionalidade, formam o coletivo criando condições para que o trabalho desenvolvido seja debatido, compreendido e assumido por todos” (p.67). Neste aspecto as respostas das professoras, em especial as de Ana Luísa, estão bem parecidas com as propostas pelo RCNEI (Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil) que apesar de não ser um documento ‘obrigatório’, é um dos documentos mais conhecidos e estudados pelas professoras entrevistadas.

Esta afirmação encontra apoio na indicação da professora Rachel que informou a disponibilidade de exemplares em algumas salas da instituição. Ela ainda considera que as “salas que não possuem, porque todas deveriam ter, é porque o próprio professor descuidou do material” (2009, p.47, em anexo) Assim, constatamos que apesar da desarticulação entre planejamento e execução e, distanciamento entre os diversos setores de atendimento às crianças, estas sempre estavam envolvidas em alguma atividade e não apenas brincando, pois mesmo tendo tempo livre para isso, sendo evidenciado nas situações pedagógicas a articulação entre o educar e o cuidar.

Na turma de três anos, denominada 3B onde as crianças completam três anos entre janeiro e julho, atua a Professora Rachel formada em Magistério em nível médio, Normal Superior e pós-graduada em Educação Infantil e Séries Iniciais. Rachel atua há cinco anos na Educação Infantil e nos Anos iniciais em instituição pública.

A professora Rachel acredita que o 'cuidar' e o 'educar' devem estar unidos e afirma que: "Ambos devem caminhar juntos, pois a criança deve ser vista como um ser global. Ambas as ações devem caminhar juntas construindo a 'identidade' e 'autonomia' da criança". (2009, p.48, em anexo) Apesar de a professora responder em uma das questões não conhecer os documentos mandatários e orientadores do município para a Educação Infantil, sua afirmação indica o contrário, pois utiliza expressões como 'a criança como um ser "Global" e o desejo da construção da "Autonomia"' que fazem parte do vocabulário contido na orientação da "Proposta Pedagógica de Educação Infantil" do município de Londrina, onde se afirma que: "O princípio da Proposta Pedagógica é criar na escola um ambiente físico e social que, desde cedo, encoraje a conquista da autonomia uma vez que se pretende formar personalidades intelectuais e moralmente autônomas" (LONDRINA, 19--?, p.1).

A presença do documento no CEI como referência também está presente na fala da professora Lygia, quando diz: "fazemos isso de forma que a criança desenvolva a sua autonomia" (2009, p.46, em anexo) o que demonstra que estudam este documento para a condução de suas atividades.

O RCNEI (BRASIL, 1998) também atribui importância à 'Autonomia' colocando a necessidade de uma educação de qualidade que considere as diferenças culturais e contribua para o desenvolvimento da criança em seus mais variados aspectos e na construção "de uma identidade autônoma" (p.23).

O que percebemos é que apesar dos referidos documentos atribuírem importância à "autonomia" como explicou a professora Rachel, ela não se apropriou do sentido expressado ou em sua resposta não consegue esclarecer seu entendimento sobre a criança como "um ser global".

Na mesma turma de três anos atua a professora Cecília, que é formada em Magistério em nível médio, graduada em Pedagogia e pós-graduada em Psicopedagogia. Atua há 13 anos em instituição de educação infantil privada e há um ano em instituição pública. Ela ressalta outros pontos para o 'cuidar' e o 'educar'. Para ela a 'autonomia' e a formação 'global' da criança está no carinho,

atenção e formação pedagógica, afirmando que ambos devem “estar interligados” na educação infantil. Ela conceitua o ‘cuidar’ e o ‘educar’ mencionando que: “[...] ‘cuidar’ requer carinho e atenção, sempre relacionando a criança e a família (respeitando seu histórico de vida). O ‘educar’ requer além de carinho e atenção, uma visão pedagógica relacionada aos conteúdos das mais diversas áreas” (2009, p.51, em anexo).

A fala da professora Cecília ao incluir a família ‘sempre’ como importante no processo de formação e educação contém elementos preconizados nas DCNEI, pois esta destaca que:

[...] mais do que em qualquer outra etapa da vida humana, estão definindo identidades influenciadas pelas questões de gênero masculino e feminino, etnia, idade, nível de desenvolvimento físico, psico / lingüístico, sócio / emocional e psico / motor e situações sócio - econômicas, [...] cruciais para a inserção numa vida de cidadania plena (BRASIL, 1999, p.11).

Esta preocupação em planejar a educação das crianças nas instituições escolares em conjunto com as famílias está muito presente nos documentos que orientam a prática pedagógica das instituições. O que se reforça é a família e a escola com papel essencial na formação e desenvolvimento dos indivíduos, o que Didonet reforça ao considerar que: “Tanto a creche deve ser boa para cumprir as funções de cuidado e educação quanto à família tem de possuir condições materiais, ambientais, afetivas e conhecimentos para atender a necessidade de seus filhos pequenos” (2001, p.15).

Devido ao contexto social da sociedade brasileira sabemos que para muitas famílias e instituições de educação infantil essas ‘condições’ podem ainda estar distante de sua concretização. No entanto, a participação da família não deve ser descartada da educação das crianças, mas sim trabalhada para ampliação das possibilidades de participação familiar na realidade onde estão inseridos. O que se afirma e se busca é a “[...] parceria entre profissionais, instituições e famílias como o que propiciará cuidado e educação de qualidade, e em sintonia com as expectativas dos que buscam estas instituições” (BRASIL, 1999, p.7).

A professora Ana Luísa ao entender que “[...] ao cuidar podemos também educar num sentido pedagógico” (2009, p.49, em anexo) nos trouxe assim como a professora Cecília (turma B) a questão do ‘pedagógico’ em suas falas. Ambas entendem o ‘ato pedagógico’ como aquele em que transmitem algum tipo de

conteúdo sistematizado o que relacionam ao 'educar'. Neste aspecto o que expõem as professoras se diferencia do RCNEI (BRASIL, 1998) que enfatiza "Educar" como "propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis" (p.23), portanto não separa o 'educar e o cuidar' das ações pedagógicas.

A professora Cecília abordou questões afetivas como 'carinho' e 'atenção' mencionadas também no RCNEI (BRASIL, 1998), na parte em que especifica alguns aspectos sobre o "Cuidar" e se aproxima em seu posicionamento do que preconiza o referido documento. Afirmamos tal aspecto baseadas no RCNEI quando este alerta para o fato de que "[...] cuidar da criança é, sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está num contínuo crescimento e desenvolvimento, compreendendo sua singularidade, identificando e respondendo as suas necessidades" (BRASIL, 1998, p.25).

A turma de três anos (B) em que atuam as professoras Rachel e Cecília, durante as observações participava do projeto "Literatura Infantil" elaborado em conjunto pelas quatro professoras (da manhã e da tarde) da turma. Nele observamos uma atividade que envolvia o conto "Abelha Abelhuda" de Heliana Barriga onde utilizaram como recurso os fantoches e depois distribuíram melzinho para degustação pelas crianças.

Lendo o projeto, verificamos que apresentava em sua estrutura a justificativa, hipóteses, objetivos, conteúdos, avaliação e referências, sendo conduzidas as hipóteses pelas questões: O que já sabemos? O que queremos saber? Como descobrir? O que faremos com essas informações?

Esta leitura nos indicou a presença e uso dos referenciais produzidos pelos órgãos federais e municipais pelos professores na elaboração dos projetos do cotidiano pedagógico, onde constatamos o esforço das mesmas para a afirmação dos princípios construtivistas apregoados, por exemplo, na Proposta Pedagógica de Educação Infantil, ao considerar este que:

A situação-problema, que é a base metodológica, consiste numa situação em que o aluno se vê diante de um desafio que lhe interessa superar. Devemos considerar o interesse da criança, pois não basta ser um problema. Para lhe interessar, deve a situação estar no nível da criança, pois um problema muito fácil ou muito difícil certamente não provocará interesse. As situações-problema, como elaborá-las e como propô-las, têm sido a grande dificuldade dos



educadores e a maior “situação-problema” para os professores (LONDRINA, 19--?, p.11).

O projeto apresentado pelas professoras do nível 3 está dividido conforme o PPP do município para a Educação Infantil também no que se refere aos conteúdos, que são: linguagem oral e escrita, Matemática, Natureza e Sociedade, Arte, Música e Movimento o que por sua vez, também está posto no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Esta situação ilustra a presença forte dos documentos oficiais federais em suas repercussões sobre a orientação do município para os Centros de Educação Infantil.

Pela leitura das entrevistas e observações realizadas constatamos que as quatro professoras do nível 3 da instituição pública que foram entrevistadas apresentam conceitos sobre o “Cuidar” e o “Educar” muito parecidos com o apregoado pelos documentos oficiais utilizados. Elas também nos indicaram que estes são lidos e utilizados como referência para as opções pedagógicas. Mas, o “educar” nas explicações dadas aparece como mais importante e com maior carga de sentido pedagógico. Neste aspecto percebemos os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil como a referência de maior proximidade ao entendimento expressado pelas professoras, o que confirmamos com o fato de que, duas das quatro professoras afirmaram conhecer apenas o RCNEI e o PPP elaborado na escola; uma afirmou conhecer todos os documentos e a quarta informou desconhecer apenas a orientação do município. Estes dados indicam o RCNEI como documento que não é apenas de orientação ao se sobressair entre os demais documentos analisados.

Em relação à proposta Pedagógica do Município que tem como princípio a Educação Construtivista, das quatro (4) professoras entrevistadas, apenas duas citaram estudos em Jean Piaget, o que não indica afastamento de estudos do documento encaminhado pela secretaria Municipal de Educação.

A instituição privada que se insere na categoria das instituições filantrópicas tem convênio com a Prefeitura e por meio deste, recebe subvenção mensal para como parceria cooperar no atendimento à demanda da educação infantil no município. Para esta análise dialogamos com duas professoras do nível 3 sendo uma professora responsável pela turma e a outra auxiliar.

A professora Luci que é a regente da turma de nível 3 é formada em magistério no nível médio e graduada em Pedagogia. Com experiência de seis anos

em educação infantil sempre atuou em instituições privadas, iniciando nesta instituição no ano de 2009.

A professora ao responder sobre o 'cuidar' e o 'educar' foi sucinta afirmando que: "Sabemos que as duas práticas precisam andar juntas para um bom desenvolvimento" (2009, p. 53, em anexo). Não conceituou e nem tentou explicar o que é um e outro se fixando apenas na indissociabilidade. A auxiliar da sala chamada Hilda que cursa o primeiro ano de magistério em nível médio também não se prolongou na resposta colocando apenas: "Devem estar sempre juntos" (2009,p.54, em anexo).

Estas afirmativas nos indicam que o discurso da 'indissociabilidade' entre o educar e o cuidar é o que se faz mais presente em relação ao entendimento das professoras.

Em relação aos documentos norteadores da Educação Infantil, as duas professoras responderam que conhecem a maioria dos documentos, com exceção de Luci que não conhece apenas o documento norteador do município de Londrina. Vale ressaltar que a professora - auxiliar Hilda, mesmo iniciando o Curso de Formação de Docentes antigo 'Magistério', não se interessou pela pesquisa e suas respostas foram dadas de maneira sucinta.

Por considerar que as respostas não satisfaziam nossa expectativa para a análise, buscamos mais dados consultando os registros realizados nas quatro observações, o que não ofereceu maiores esclarecimentos. O fato de que as professoras não permitiram olhar nenhum caderno de planejamento, projeto ou outro documento que fundamentasse a prática das professoras em sala de aula prejudicou mais ainda a nossa análise.

Na continuidade, a professora Luci informou que como não é permitido alfabetizar na Educação Infantil, para todas as turmas, só acontece uma atividade 'sistematizada' por semana, no caso do nível três. Durante a observação não presenciamos a aplicação dessas atividades. No período da tarde, quando chegávamos à instituição as crianças estavam acordando. Em seguida a professora Luci e a auxiliar Hilda, trocavam as roupas das crianças e as penteavam, enquanto outras brincavam sozinhas na sala, com brinquedos como carrinhos e bonecas que não estavam em bom estado de conservação. Não havia a proposição de nenhuma atividade pedagógica nesse tempo.

Ainda observamos que as crianças na maior parte do tempo brincavam com os objetos (brinquedos) ou dançavam ao som de músicas infantis. Apenas nos dias de atividades 'sistemizadas' como no dia 09/04/09 acontecia da professora Luci contar história, no caso, uma bíblica que se referia a 'Jonas' e depois orientar que as crianças desenhassem. Em outra data 16/04/09 solicitou que colassem papel amassado em uma cartolina.

No período da observação da turma, algumas vezes pudemos realizar brincadeiras com as crianças. Para isto levamos um compact disc (CD) de músicas infantis que incentivavam as crianças a fazerem gestos e se movimentarem por iniciativa própria. A professora da turma gostava quando trabalhávamos com as crianças e até nos pedia para fazer isso nos demais dias, até porque as crianças também gostavam.

A participação da família na educação das crianças da escola privada não foi mencionada pelas professoras entrevistadas. Durante as observações presenciamos apenas pedidos aos pais de doação de alimentos e material escolar para a instituição.

A importância da participação da família em parceria com a escola no que diz respeito à educação das crianças é mencionada na maioria dos documentos norteadores já citados acima na análise da fala da professora Cecília da instituição pública, mas podemos citar outra parte nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (1999) que diz:

Mas há que se pensar na própria natureza dos afetos, sentimentos e capacidades cognitivo/linguísticas, sócio/emocionais e psico/motoras das crianças, que exigem políticas públicas para si e suas famílias, propiciando-lhes a igualdade de oportunidades de cuidado e educação de qualidade. (p.7)

Notamos que na instituição filantrópica, a concepção voltada para o 'cuidar' em visão "assistencialista" é a mais presente. Parecem entender seu trabalho como apenas o de 'cuidar' de crianças carentes, cujos pais trabalham e que por isso necessitam ficar o dia todo na instituição. O que observamos é que a preocupação com o desenvolvimento cognitivo e afetivo da criança não tem presença significativa nas poucas opções pedagógicas cotidianas o que as afasta do princípio educativo do 'cuidar e educar' da educação infantil preconizado pelos documentos norteadores.

Apesar dos fundamentos pedagógicos dos documentos analisados e ações que visam a necessidade de colocar a Educação Infantil em um patamar de igualdade com as outras modalidades de ensino, universalizando o seu acesso e propiciando uma educação de qualidade, ainda temos instituições atuando sem este entendimento e sem condições físicas adequadas. Como afirma Kuhlmann Jr. sobre esse fato: “[...] a segmentação do atendimento da criança pobre em instituições estruturadas precariamente continua na agenda dos problemas da educação infantil brasileira” (2000, p.7).

A instituição privada na qual realizamos as entrevistas e as observações apresentava boas condições no geral e o ambiente era limpo, no entanto, as questões pedagógicas, a formação das profissionais e seus compromissos com a educação infantil deixaram a desejar em relação ao preconizado pelos documentos analisados.

Haddad (1993, p. 26) evidencia como problema sério a ser enfrentado a superação da falta de caráter institucional dos Centros de Educação Infantil, que se omitem perante a má formação dos profissionais, mas que também se debatem em meio à falta de recursos e de políticas para a infância no início do XXI. Ainda considera que “No Brasil essas características tem pesado sobre as creches até hoje, observando-se uma grande improvisação no que se refere à implantação dos programas”.

A instituição privada recebe verba da prefeitura e uma doação ‘espontânea’ mensal dos pais, ao qual não tive acesso. Em comparação com a instituição pública observada a instituição privada recebe menos recursos o que consideramos como uma das razões que favorece o atendimento precário que não corresponde ao preconizado para a Educação Infantil.

Comparando as respostas das professoras de ambas as instituições pesquisadas, notamos que a maioria acredita que o ‘cuidar’ e o ‘educar’ deve ser ‘indissociável’, ‘caminhar junto’, ‘interligado’ assim como preconizam os documentos norteadores, em especial, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação infantil (1999) que em seu artigo 3º no § III afirma:

As Instituições de Educação Infantil devem promover em suas Propostas Pedagógicas, práticas de educação e cuidados, que possibilitem a integração entre os aspectos físicos, emocionais,

afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser completo, total e indivisível (BRASIL, 1999, p.17).

Apesar de algumas professoras demonstrarem pouco interesse em participar da pesquisa, o que se evidencia nas respostas sucintas que apresentaram, podemos afirmar que elas entendem o “cuidar” e o “educar” como um prática indissociável; que a educação infantil é parte do sistema de ensino, da educação básica e que além de ser um espaço que os pais necessitem para deixar os filhos enquanto trabalham, também será aonde a criança irá se desenvolver, construir seu caráter, sua auto-estima, desenvolver suas habilidades motoras, cognitivas e lingüísticas. Apesar de não fortalecerem as ações em conjunto com a família, atendendo as peculiaridades de cada caso, há em suas ações responsabilidade e o entendimento como direito de toda criança.

## Considerações Finais

O presente trabalho de pesquisa teve como objetivo compreender como a legislação e documentos oficiais repercutem sobre os professores da Educação Infantil que atuam na rede pública e privada do município de Londrina em relação à compreensão do “cuidar” do “educar”. Neste sentido buscamos reconhecer nas expressões das professoras as aproximações e/ou distanciamento do preconizado pelas leis que regem a Educação Infantil.

Para esse estudo utilizamos pesquisa bibliográfica, análise das leis que regem a Educação Infantil, com foco nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil e o Projeto Político Pedagógico para a Educação Infantil do Município de Londrina, além de observações e entrevistas feitas com as professoras que atuam nessa modalidade de educação.

Podemos apresentar como resultado das análises que as professoras da rede pública (municipal) da cidade de Londrina, apresentaram nas entrevistas e nas observações um maior compromisso com a Educação Infantil. Mesmo assim não podemos deixar de anotar algumas contradições com os documentos, principalmente no que se refere à educação construtivista preconizada pelo Projeto Político Pedagógico de Londrina, pois há poucas referências aos autores e às práticas construtivistas. Em relação ao “Cuidar” e ao “Educar” para a maioria ambos devem ser interligados de uma forma ou de outra, como também apresentaram preocupação pedagógica em relação à educação das crianças.

As professoras da rede privada (filantrópica), entrevistadas e observadas apresentaram certo descaso em relação à pesquisa e foram sucintas nas respostas o que comprometeu nossa análise. No entanto, ainda assim constatamos nas observações que há um menor compromisso com as práticas voltadas para o ‘educar’ e o ‘cuidar’ pois enfatizam o “Cuidar” mesmo considerando em suas respostas que este é igualmente importante. Pelo que constatamos o “Educar” também não foi favorecido nas práticas pedagógicas.

Assim, mesmo ressaltando esta unidade entre o “Cuidar” e o “Educar” nas respostas dadas à entrevista, na prática isto não se efetiva.

Assim podemos concluir que para a Educação Infantil alcançar o patamar desejado e preconizado pelas leis ainda resta muito trabalho pela frente. Deve-se

pensar nela como um todo, e os investimentos e a qualidade dessa educação contempladas em todos os segmentos, sejam eles, públicos, privados, sem fins-lucrativos ou quaisquer outras denominações.

Mesmo a Constituição de 1988 considerando a Educação Infantil como dever do estado, mas também como um direito de toda a criança, e que isto ainda não acontece porque não há vaga nas Instituições, tanto a pública quanto a privada, e pelas restrições colocadas que exige que os pais, obrigatoriamente, trabalhem. Mesmo assim, entendemos que há avanços consideráveis na formação e atuação dos professores da educação infantil e um trabalho pedagógico que vem avançando para um melhor desenvolvimento intelectual, físico, emocional, social entre outros das crianças.

A realização desse estudo tornou-se extremamente relevante para um aprofundamento em relação às questões citadas e contato com a realidade educacional de nosso município ainda que restrito a duas unidades. Considerando que a pesquisa sobre a “Infância” e sobre o “Cuidar” e o “Educar” podem ser muito mais amplas do que as apresentadas nesse breve “trabalho de conclusão de curso”, mas esperamos contribuir para reflexões sobre tão importante nível de ensino em nossa realidade.

## REFERÊNCIAS:

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. In: PRIORE, Mary Del ( org.) **História das Crianças no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

PRIORE, Mary Del. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o império. In: PRIORE, Mary Del (org.) **História das Crianças no Brasil**. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2002.

SCARANO, Julita. Crianças esquecidas de Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del Org. **História das Crianças no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças da elite durante o império. In: PRIORE, Mary Del Org. **Histórias das Crianças no Brasil**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2002.

KUHLMANN, Moysés Jr. A educação infantil no séc. XIX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. 2.ª ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2005.p.68 a 77.

KUHLMANN, Moysés Jr. A educação infantil no séc. XX. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena C. (orgs). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol. II – Século XIX. 2.ª ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2005.p.182 a 193.

KUHLMANN, Moysés Jr. História da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. 2000. Disponível em: [www.anped.org.br](http://www.anped.org.br).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A educação da mulher e da criança no Brasil Colônia. In: STEPHANOU, M. et al. **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Vol.I – Séculos XVI-XVIII. Petrópolis: Vozes, 2004.p.132 a 144.

ANDRÉ, Marli Eliza D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papyrus, 1995.

SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. 2.ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

CORRÊA, Bianca Cristina. A educação infantil. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de e ADRIÃO, Thereza. **Organização do ensino no Brasil**. Níveis e modalidades da Constituição Federal e na LDB. SP: Xamã. 2002.p.13 a 31.

Marcílio, m.l.A roda dos expostos e a criança abandonada no Brasil colonial: 1726-1950. In: Freitas, M. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

ROSENBERG, Fúlvia. A LBA, o projeto casulo e a doutrina de segurança nacional. In: Freitas, M. (Org.). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez (2001).



HADDAD, Lenira. A complexidade de um fenômeno. In: **A creche em busca de identidade: Perspectivas e conflitos na construção de um projeto educativo**. São Paulo, Loyola, 1993.p.21 a 32.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº9.934/96, de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069/90, de 13 de julho de 1990. Brasília-2000.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (16 de julho de 1934). 1934. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm).

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm).

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, Df, 1999.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, Df, 1998.

LONDRINA. Secretaria de Educação. **Proposta Pedagógica para a Educação Infantil**. [19--?]

LONDRINA. **Criação do Sistema Municipal de Ensino**. Lei de nº383/2002, de 23 de dezembro de 2002. Disponível em:  
<http://home.londrina.pr.gov.br/conselhos/conselhoeducacao/lei9012.pdf>.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1

Entrevistas com as professoras da rede pública e privada do município de Londrina.

### ENTREVISTA 1

**NOME DO PROJETO:** UM ESTUDO SOBRE O 'CUIDAR' E O 'EDUCAR' NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de professoras da rede pública e privada do município de Londrina.

**NOME DA PESQUISADORA:** Quéren Anie Rodrigues dos Santos.

**NOME DA ORIENTADORA:** Magda Madalena Tuma

**1. NOME:** Lygia Fagundes Teles (nome fictício)

**2. DATA:** 27 de Abril de 2009

**3. IDADE:** 28

**4. FORMAÇÃO:**

ENSINO MÉDIO: (x) MAGISTÉRIO

OUTRO

GRADUAÇÃO: Normal Superior

PÓS-GRADUAÇÃO: Psicopedagogia

**5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO – TIPO DE INSTITUIÇÃO**

ED. INFANTIL (10 ANOS) INSTITUIÇÃO: PRIVADA (x) PÚBLICA (x)

SÉRIES INICIAIS (2ANOS) INSTITUIÇÃO: PRIVADA (\_\_\_) PÚBLICA (x)

OUTRO NÍVEL (Especifique):

---

**6. FORMAÇÃO CONTINUADA**

6.1 ASSINALE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL QUE VOCÊ CONHECE:

(X) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

(X) REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

( ) PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

(x) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ED. INFANTIL

---

6.2. EXPLIQUE COMO CONHECEU E/OU ESTUDOU ESTES DOCUMENTOS.

R: Em casa para concurso e na Instituição durante a formação continuada.

---

7. VOCÊ PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ONDE ATUA? COMO?

R: Sim, em discussões e pesquisa na formação continuada.

8. COMO ACONTECE A FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO) NO CEI/CMEI?

R: Dentro do calendário escolar, temos algumas datas específicas onde assistimos palestras com temas referentes à Educação Infantil ou temos oficinas de artes, literatura e etc.

---

9. EXPLIQUE COMO VOCÊ ENTENDE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

R: O Educar é importantíssimo na Educação Infantil. Trabalhamos com a criança aspectos motores e intelectuais que serão à base de toda a sua vida escolar. Mas não há como deixar o “Cuidar” de lado, mas fazemos isso de forma que a criança desenvolva a sua autonomia.

10. INDIQUE AUTORES QUE ESTUDA PARA O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AO ‘CUIDAR’ E AO ‘EDUCAR’ E OUTROS TEMAS NA ED. INFANTIL.

R: Paulo Freire, Içami Tiba e Rubem Alves.

## ENTREVISTA 2

NOME DO PROJETO: UM ESTUDO SOBRE O ‘CUIDAR’ E O ‘EDUCAR’ NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de professoras da rede pública e privada do município de Londrina.

**NOME DA PESQUISADORA: Queren Anie Rodrigues dos Santos.**

**NOME DA ORIENTADORA: Magda Madalena Tuma**

**1. NOME:** Rachel de Queiroz (nome fictício)

**2. DATA:** 15 de Abril de 2009

**3. IDADE:** 37

#### 4. FORMAÇÃO

ENSINO MÉDIO: (X) MAGISTÉRIO

OUTRO \_\_\_\_\_

GRADUAÇÃO: Normal Superior

PÓS-GRADUAÇÃO: Educação Infantil e Séries Iniciais

#### 5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO – TIPO DE INSTITUIÇÃO

ED. INFANTIL (5 ANOS ) INSTITUIÇÃO: PRIVADA ( \_\_\_ ) PÚBLICA ( \_X\_ )

SÉRIES INICIAIS (5 ANOS) INSTITUIÇÃO: PRIVADA ( \_X\_ ) PÚBLICA ( \_\_\_ )

OUTRO NÍVEL (Especifique):

#### 6. FORMAÇÃO CONTINUADA

6.1 ASSINALE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL QUE VOCÊ CONHECE:

( ) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

(X) REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

(X) PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

( ) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ED. INFANTIL

6.2. EXPLIQUE COMO CONHECEU E/OU ESTUDOU ESTES DOCUMENTOS.

R: O Referencial fica disponível no CMEI. Algumas salas possuem um exemplar, as que não possuem (porque todas deveriam ter) é porque o professor descuidou do material.

---

7. VOCÊ PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ONDE ATUA? COMO?

R: Sim, nas práticas pedagógicas e com discussões em grupo.

---

8. COMO ACONTECE A FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO) NO CEI/CMEI?

R: Em práticas pedagógicas uma vez por mês e no início do ano em três dias.

---

9. EXPLIQUE COMO VOCÊ ENTENDE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

R: Ambos devem caminhar juntos, pois a criança deve ser vista como um ser global. Ambas as ações devem caminhar juntas construindo a identidade e autonomia da criança.

10. INDIQUE AUTORES QUE ESTUDA PARA O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AO ‘CUIDAR’ E AO ‘EDUCAR’ E OUTROS TEMAS NA ED. INFANTIL.

R: Kramer, Pedro Demo.

### ENTREVISTA 3

NOME DO PROJETO: UM ESTUDO SOBRE O ‘CUIDAR’ E O ‘EDUCAR’ NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de professoras da rede pública e privada do município de Londrina.

**NOME DA PESQUISADORA: Quéren Anie Rodrigues dos Santos.**

**NOME DA ORIENTADORA: Magda Madalena Tuma**

1. **NOME:** Ana Luísa Azevedo Castro

2. **DATA:** 14 de Abril de 2009

3. **IDADE:** 28

#### 4. **FORMAÇÃO**

ENSINO MÉDIO: (X) MAGISTÉRIO

OUTRO \_\_\_\_\_

GRADUAÇÃO: Ciências Sociais

PÓS-GRADUAÇÃO: Trabalho Pedagógico em Educação Infantil e Séries Iniciais

#### 5. **EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO – TIPO DE INSTITUIÇÃO**

ED. INFANTIL (4 ANOS ) INSTITUIÇÃO: PRIVADA ( \_\_\_ ) PÚBLICA ( \_\_X\_\_ )

SÉRIES INICIAIS (1 ANOS) INSTITUIÇÃO: PRIVADA ( \_\_\_ ) PÚBLICA ( \_\_X\_\_ )

OUTRO NÍVEL (Especifique):

\_\_\_\_\_

## **6. FORMAÇÃO CONTINUADA**

6.1 ASSINALE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL QUE VOCÊ CONHECE:

- (X) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- (X) REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
- (X) PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- ( X) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ED. INFANTIL

6.2. EXPLIQUE COMO CONHECEU E/OU ESTUDOU ESTES DOCUMENTOS.

R: Através de grupos de estudos nas instituições em que trabalhei e cursos.

---

7. VOCÊ PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ONDE ATUA? COMO?

R: Sim, em 2006 foi realimentada a Proposta Pedagógica da unidade com a participação de todos os professores.

---

8. COMO ACONTECE A FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO) NO CEI/CMEI?

R: Através de práticas pedagógicas oferecidas pela prefeitura municipal ao longo do ano no período de trabalho e também através de cursos de capacitação oferecidos nos períodos inversos aos de trabalho.

---

9. EXPLIQUE COMO VOCÊ ENTENDE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

R: As duas coisas estão interligadas na Educação Infantil. O cuidado é necessário, pois trabalhamos com crianças muito pequenas, no entanto, ao cuidar podemos também educar num sentido pedagógico. Por exemplo, o banho ao mesmo tempo em que é um cuidado, uma necessidade da criança também pode ser explorada pedagogicamente. E assim cuidamos e educamos de uma maneira conjunta.

10. INDIQUE AUTORES QUE ESTUDA PARA O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AO ‘CUIDAR’ E AO ‘EDUCAR’ E OUTROS TEMAS NA ED. INFANTIL.

R: Jean Piaget, Paulo Freire, Victor Paro, Emilia Ferreiro, Moacir Gadott entre outros.

#### **ENTREVISTA 4**

**NOME DO PROJETO:** UM ESTUDO SOBRE O 'CUIDAR' E O 'EDUCAR' NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de professoras da rede pública e privada do município de Londrina.

**NOME DA PESQUISADORA:** Quéren Anie Rodrigues dos Santos.

**NOME DA ORIENTADORA:** Magda Madalena Tuma

**1. NOME:** Cecília Meireles

**2. DATA:** 8 de Abril de 2009

**3. IDADE:** 30

#### **4. FORMAÇÃO**

ENSINO MÉDIO: (X) MAGISTÉRIO

OUTRO \_\_\_\_\_

GRADUAÇÃO: Pedagogia

PÓS-GRADUAÇÃO: Psicopedagogia

#### **5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO – TIPO DE INSTITUIÇÃO**

ED. INFANTIL (13 ANOS ) INSTITUIÇÃO: PRIVADA (  ) PÚBLICA (1 Ano)

SÉRIES INICIAIS ( \_\_ ANOS) INSTITUIÇÃO: PRIVADA ( \_\_\_ ) PÚBLICA ( \_\_\_ )

OUTRO NÍVEL (Especifique): \_\_\_\_\_

#### **6. FORMAÇÃO CONTINUADA**

6.1 ASSINALE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL QUE VOCÊ CONHECE:

( ) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

(X) REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

( ) PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

(X) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ED. INFANTIL

6.2. EXPLIQUE COMO CONHECEU E/OU ESTUDOU ESTES DOCUMENTOS.



R: Estudei na prática para planejamento de projetos.

---

7. VOCÊ PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ONDE ATUA? COMO?

R: Não

---

8. COMO ACONTECE A FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO) NO CEI/CMEI?

R: Através de práticas pedagógicas e palestras oferecidas pela rede

---

9. EXPLIQUE COMO VOCÊ ENTENDE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

R: Os dois têm que estar interligados. Não há educação sem cuidado, ou seja, na educação infantil é necessário o cuidar, tanto quanto o educar. O cuidar requer carinho e atenção sempre relacionando a criança e a família (respeitando seu histórico de vida). O educar requer além de carinho e atenção uma visão pedagógica relacionados a conteúdos nas diversas áreas e valores.

10. INDIQUE AUTORES QUE ESTUDA PARA O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AO ‘CUIDAR’ E AO ‘EDUCAR’ E OUTROS TEMAS NA ED. INFANTIL.

R: Jean Piaget, Vygotsky, Hamiltom Werneck, Daniel Goleman, Içami Tiba.

## **ENTREVISTA 5**

**NOME DO PROJETO:** UM ESTUDO SOBRE O ‘CUIDAR’ E O ‘EDUCAR’ NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de professoras da rede pública e privada do município de Londrina.

**NOME DA PESQUISADORA:** Quéren Anie Rodrigues dos Santos.

**NOME DA ORIENTADORA:** Magda Madalena Tuma

**1. NOME:** Luci Collin

**2. DATA:** 24 de Abril de 2009

**3. IDADE:** 37

**4. FORMAÇÃO**

ENSINO MÉDIO: (X) MAGISTÉRIO

OUTRO \_\_\_\_\_

GRADUAÇÃO: Pedagogia

PÓS-GRADUAÇÃO:

**5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO – TIPO DE INSTITUIÇÃO**

ED. INFANTIL (6 ANOS ) INSTITUIÇÃO: PRIVADA (  ) PÚBLICA (  )

SÉRIES INICIAIS (  ANOS) INSTITUIÇÃO: PRIVADA (  ) PÚBLICA (  )

OUTRO NÍVEL (Especifique):

---

**6. FORMAÇÃO CONTINUADA**

6.1 ASSINALE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL QUE VOCÊ CONHECE:

(X) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

(X) REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL

( ) PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

(X) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ED. INFANTIL

6.2. EXPLIQUE COMO CONHECEU E/OU ESTUDOU ESTES DOCUMENTOS.

R: Na faculdade e nas instituições onde trabalhei.

---

7. VOCÊ PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ONDE ATUA? COMO?

R: Não. Faz pouco tempo que trabalho na instituição.

---

8. COMO ACONTECE A FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO) NO CEI/CMEI?

R: Prática Pedagógica, pesquisas bibliográficas e internet.

---

9. EXPLIQUE COMO VOCÊ ENTENDE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

R: Sabemos que as duas práticas precisam andar juntas para um bom desenvolvimento

10. INDIQUE AUTORES QUE ESTUDA PARA O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AO ‘CUIDAR’ E AO ‘EDUCAR’ E OUTROS TEMAS NA ED. INFANTIL.

R: Sonia Kramer, Jean Piaget, Prof<sup>a</sup>. Sassá e etc.

#### **ENTREVISTA 6**

**NOME DO PROJETO: UM ESTUDO SOBRE O ‘CUIDAR’ E O ‘EDUCAR’ NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepção de professoras da rede pública e privada do município de Londrina.**

**NOME DA PESQUISADORA: Quéren Anie Rodrigues dos Santos.**

**NOME DA ORIENTADORA: Magda Madalena Tuma**

**1. NOME:** Hilda Hilst

**2. DATA:** 30 de Abril de 2009

**3. IDADE:** 23

**4. FORMAÇÃO**

ENSINO MÉDIO: (X) MAGISTÉRIO \* cursando

OUTRO \_\_\_\_\_

GRADUAÇÃO:

PÓS-GRADUAÇÃO:

**5. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NO MAGISTÉRIO – TIPO DE INSTITUIÇÃO**

ED. INFANTIL ( \_\_ ANOS ) INSTITUIÇÃO: PRIVADA ( \_X\_ ) PÚBLICA ( \_\_\_\_ )

SÉRIES INICIAIS ( \_\_ ANOS) INSTITUIÇÃO: PRIVADA ( \_\_ ) PÚBLICA ( \_\_ )  
OUTRO NÍVEL (Especifique):

---

## **6. FORMAÇÃO CONTINUADA**

6.1 ASSINALE OS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS SOBRE A EDUCAÇÃO INFANTIL QUE VOCÊ CONHECE:

- (X) DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- (X) REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA EDUCAÇÃO INFANTIL
- (X) PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
- ( X) PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE ED. INFANTIL

6.2. EXPLIQUE COMO CONHECEU E/OU ESTUDOU ESTES DOCUMENTOS.

R: Em aula.

---

7. VOCÊ PARTICIPOU DA ELABORAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ONDE ATUA? COMO?

R: Não

---

8. COMO ACONTECE A FORMAÇÃO CONTINUADA (ATUALIZAÇÃO) NO CEI/CMEI?

R: Planejamento de práticas pedagógicas com pesquisas.

---

9. EXPLIQUE COMO VOCÊ ENTENDE O “CUIDAR” E O “EDUCAR” NA EDUCAÇÃO INFANTIL.

R: Cuidar e Educar devem estar sempre juntos

10. INDIQUE AUTORES QUE ESTUDA PARA O APROFUNDAMENTO DAS QUESTÕES RELACIONADAS AO ‘CUIDAR’ E AO ‘EDUCAR’ E OUTROS TEMAS NA ED. INFANTIL.

R: Jean Piaget, Paulo Freire, Sonia Kramer.

## ANEXO 2

Termo de Aceite entre as professoras que participaram da entrevista.



Londrina, 31 de julho de 2009.

### TERMO DE ACEITE

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que aceito  
a

#### NOME COMPLETO

utilização da entrevista concedida à pesquisadora QUÉREN ANIE RODRIGUES DOS SANTOS para a elaboração da monografia de conclusão de curso (pedagogia) intitulada “UM ESTUDO SOBRE O CUIDAR E O EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: Concepções de professoras da rede pública e privada do município de Londrina”.

Informo que este aceite não autoriza a divulgação do meu nome no corpo do trabalho, a não ser por meio de nome fictício a ser atribuído pela pesquisadora.